



<http://dx.doi.org/10.30681/real.v11i2.2523>

A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS BRASILEIROS NA ENUNCIÇÃO PRESIDENCIAL DE GETÚLIO VARGAS: UMA ANÁLISE SEMÂNTICA DO PRONUNCIAMENTO DE 1930

Renata Ortiz BRANDÃO (UNICAMP)¹

Resumo: Este artigo apresenta uma análise semântica da enunciação de Getúlio Vargas ao tomar a palavra como chefe do Governo Provisório da República em seu pronunciamento de 03 de novembro de 1930. Nesta análise, observamos como Vargas, enquanto locutor-governante, produz sentidos para si próprio e para os sujeitos brasileiros ao nomeá-los, inscrevendo-os nos fios do seu dizer. Buscamos compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação do locutor-presidente. O estudo está ancorado na Semântica do Acontecimento, que assume uma posição materialista sobre o funcionamento da linguagem, e dialoga, por essa via, com a Análise de Discurso de filiação francesa. Nessa perspectiva, se busca compreender os movimentos políticos das palavras nos gestos de afirmação no dizer e em sua inscrição em posições ideológicas presentes na sociedade, entendendo que a tomada da palavra se dá por uma disputa de lugares e sentidos, o que produz efeito sobre o real.

Palavras-chave: Sujeitos brasileiros. Enunciações presidenciais. Era Vargas. Semântica.

Abstract: This article presents a semantic analysis of Getúlio Vargas' enunciation on his speech as the Leader of the Provisional Government on November 3rd, 1930. In this analysis we observe how Vargas, as a ruler-speaker, produces meaning for himself, and for the Brazilian subjects by nominating them and by inscribing them in his words. We seek to understand the ways Brazilian subjects are identified by the State as well as the ways of establishing the relation between the ruler and his governed ones on Vargas' presidential enunciation. This study is based on the Semantics of the Event, affiliated to a materialistic position regarding the functioning of language, and engaged with the French school of Discourse Analysis. From this perspective, we seek to understand words' political movements in affirmation gestures on Vargas saying and their inscription in ideological positions of the society, conceiving that the taking of word happens by a dispute of places and senses, which produces effects upon reality.

Keywords: Brazilian citizens. Presidential enunciations. Vargas Era. Semantics.

1. Introdução: entre a nomeação e a designação, a construção de sentidos para os sujeitos brasileiros

Propomo-nos, neste trabalho, a fazer uma análise enunciativa do *Pronunciamento de 1930*² de Getúlio Vargas ao tomar posse do cargo de Chefe do Governo Provisório. Interessamos, por um lado, observar o modo pelo qual Vargas, ao tomar a palavra como governante, se

¹ Mestranda em Linguística pelo IEL/UNICAMP. Orientação: Professora Dra. Sheila Elias de Oliveira. Campinas, Brasil. E-mail: renata.o.brandao@gmail.com

² Fonte do corpus: BONFIM, J.B.B. **Palavra de presidente:** discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: Lge Editora, 2004.



afirma como locutor e legitima seu dizer. Por outro lado, nosso intuito é também compreender como ele afirma e faz pertencer os sujeitos brasileiros, produzindo sentidos ao se dirigir a eles ou ao mencioná-los em sua enunciação.

Analisaremos, na enunciação de Getúlio Vargas enquanto locutor-chefe do governo provisório, o conjunto de palavras que, pelos procedimentos semânticos de nomeação e designação, vão construindo sentidos para os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado. Para tanto, trabalharemos sobre a designação desses nomes, isto é, sua significação, “enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2002, p.9). Isto nos levará a compreender os modos de identificação do sujeito brasileiro pelo Estado e de construção da relação entre governante e governados, a partir da enunciação presidencial de Vargas.

O modo como os nomes significam se inscreve no processo histórico de construção do referente, processo este determinado por relações sociais. Nesse sentido, é papel do linguista ler o acontecimento³, uma vez que é a linguagem “que nos permite significar o vivido, dotar de sentidos a espacialidade e a temporalidade, [...] conferindo-lhes possibilidades de múltiplas leituras” (ZANDWAIS, 2012, p.49). Assim, o próprio acontecimento enunciativo se discursiviza e projeta novas formas de significação para a relação entre os sujeitos e o Estado.

2. A Semântica do Acontecimento: nossa ancoragem teórico-metodológica

Este trabalho está ancorado na Semântica do Acontecimento, tal como desenvolvida por Guimarães (2002). Inscrita em uma posição materialista sobre a linguagem, esta teoria não toma a linguagem como transparente, pois entende que as relações estabelecidas com o real, o que está para ser significado pela linguagem, são sempre históricas. Trata-se de uma semântica que “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2002, p.7). O acontecimento, por sua vez, é construído pela ordem da linguagem e constitui sua própria temporalidade. Entende-se, a partir disso, que uma palavra, enquanto forma da língua, inscrita no funcionamento ideológico do interdiscurso, significa na relação entre a história de

³ Para Zandwais (2012, p.49), o *acontecimento* pode ser entendido pela sua condição de “afetar a história e desestabilizar o que é estável” e regular, ressignificando assim a ordem do real pelas relações entre a história, a memória e o sentido. A autora recorre também a Guimarães (2002) e afirma que o acontecimento pode ser pensado enquanto diferença na sua própria ordem, isto é, pelas suas possíveis formas de temporalização e por suas contradições, pela sua condição de “desestabilizar as formas de inscrição do sujeito na história, e, em consequência, as posições que este assume diante do que se impõe e o afeta” (ZANDWAIS, 2012, p.50).



enunciações passadas e o presente do acontecimento, produzindo uma latência de futuro. É neste jogo entre presente, passado e futuro que se configura a designação de uma palavra no acontecimento enunciativo. Para Guimarães (2002), a *designação* é entendida como a significação de um nome, enquanto uma relação linguística tomada na história. Segundo o semanticista, “[...] a linguagem significa o mundo de tal modo que *identifica* os seres em virtude de significá-los” (GUIMARÃES, 2002, p.10, grifo do autor). A operação de referência produz uma identificação do objeto de dizer no real das coisas e/ou das ideias, pela relação entre a palavra e as determinações que recebe no enunciado em que se inscreve, como parte de um texto. Não se trata, portanto, da atribuição de um sentido fixo ou único às palavras, mas sim “da compreensão do modo como o presente do acontecimento trabalha sobre a latência da significação da palavra, repetindo e/ou deslocando sentidos” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2012, p.110).

Olhar para o modo de construção do referente pela mobilização de nomes e de sua determinação, partindo da designação, e não do encaixe sintático, nos leva ao conceito de *formação nominal* (FN), desenvolvido por Dias (2016), cuja perspectiva teórico-analítica é a mesma que assumimos neste trabalho, isto é, de uma semântica da enunciação, em diálogo com a Análise de Discurso. Dias aborda o conceito de FN como a contraparte enunciativa do sintagma nominal. Desse modo, “se o conceito de sintagma nominal se assenta num segmento da sentença que tem um nome como núcleo, passível de uma abordagem descritiva, o conceito de formação nominal se assenta nas razões enunciativas da conformação de um nome como designador” (DIAS, 2016, p.40) cujo estatuto é, de tal maneira, explicativo, em virtude da visão vertical que se tem das construções nominais.

É preciso, então, observar as operações de textualidade em torno da palavra, e as cenas enunciativas configuradas a partir destas operações. Uma *cena enunciativa* “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas” (GUIMARÃES, 2002, p.23). Desse modo, a cena enunciativa distribui os lugares de enunciação no acontecimento, configurando assim o agenciamento das figuras da enunciação. As figuras da enunciação são o Locutor (L), o locutor-x (l-x) e os enunciadores (Es). A cena enunciativa se constitui pelo agenciamento do falante em Locutor (L) que, ao instaurar uma alocação com seu correlato necessário, o Alocutário (AL), assume a palavra. Deste modo, o Locutor (L) é aquele que é responsabilizado pelo dizer, aquele ao qual se atribui uma “assinatura” pelo dizer. Segundo Guimarães (2002, p.24), “para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar”, ou seja, é necessário estar predicado por um lugar social. A este



lugar social do locutor Guimarães chama de *locutor-x*, “onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável x representa (presidente, governador, etc)” (GUIMARÃES, 2002, p.24). Os enunciadores, por sua vez, são *lugares de dizer* que se apresentam como representações - independentes ou fora da história – “da inexistência dos lugares sociais de locutor” (GUIMARÃES, 2002, p.26), colocando, no dizer do Locutor, outras vozes. Guimarães apresenta quatro tipos de enunciadores:

- 1) o *enunciador-individual*, que retira seu dizer da circunstancialidade e se apresenta como independente da história, produzindo assim um efeito de origem;
- 2) o *enunciador-genérico*, em que há simulação da origem de um dizer que é dito por um todos diluído, independente da história, apresentando-se assim como o apagamento do lugar social;
- 3) o *enunciador-coletivo*, que traz, em perspectiva, um dizer que é compartilhado por um grupo, caracterizando-se como o lugar de dizer em que a voz do grupo é uma única voz;
- 4) o *enunciador-universal*, que se apresenta como quem diz algo verdadeiro diante dos fatos, um lugar de dizer que está acima da história.

Os locutores projetam no dizer alocutários, a quem sua enunciação se dirige, e vão se mostrando pelas marcas linguísticas e enunciativas presentes nos recortes do Pronunciamento de 1930. O que veremos é que para além daqueles a quem o dizer projeta explicitamente seu direcionamento - o que chamamos aqui de alocutários -, há outros destinatários que vão sendo identificados no dizer de Getúlio Vargas. Segundo Verón (1986), o dizer político⁴ supõe pelo menos dois destinatários simultâneos, que representam posições opostas entre si em relação ao Locutor: um destinatário positivo, chamado pelo autor de *pró-destinatário* [*prodestinatario*], e um destinatário negativo, chamado de *contra-destinatário* [*contradestinatario*]. Segundo o autor,

El lazo com el primero [o destinatário positivo] reposa en lo que podemos llamar la *creencia presupuesta*. El destinatario positivo es esa posición que corresponde a un receptor que participa de las mismas ideas, que adhiere a

⁴ A palavra *político* tem aqui o sentido de governança pública. Desse modo, o *dizer político* é aquele produzido por sujeitos que ocupam cargos no governo, chamados, no senso comum, de *políticos*. Em uma posição materialista sobre a linguagem, na qual nos inscrevemos, o político não está restrito às relações de governança pública; ele “diz respeito às práticas sociais em geral, nas quais a linguagem é fundamental” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2014, p.44-45) e, por isso, é característico de todo dizer. Pensar o político é, portanto, tomá-lo como base e fundamento das próprias relações sociais.



los mismos valores y persigue los mismos objetivos que el enunciador: el destinatario positivo es antes que nada el partidario. [...] El destinatario negativo está, por supuesto, excluido del colectivo de identificación [...]. El lazo com éste reposa, por parte del enunciador, en la hipótesis de una *inversión* de la creencia: lo que es verdadero para el enunciador es falso para el contradestinatario e inversamente [...]. (VERÓN, 1986, p.4, grifos do autor).

Ainda segundo Verón (1986), a relação que se estabelece entre o locutor, que ele chama de enunciador, e o pró-destinatário toma, no dizer político, a forma característica de uma entidade que é chamada pelo autor de *coletivo de identificação* [*colectivo de identificación*]. Este ponto nos interessa para as análises deste trabalho, uma vez que tal coletivo se expressa no dizer pelo *nós* inclusivo, que se mostra presente no pronunciamento de 1930, conforme veremos adiante.

O modo como se configura na enunciação o lugar de dizer projeta sentidos sobre a relação locutor-alocutário. Assim, observaremos, neste artigo, o modo como o locutor-presidente se significa, e como significa aqueles a quem fala. Ao estabelecermos uma relação das figuras da enunciação com as formas linguísticas, buscamos compreender como o funcionamento semântico da nomeação e a designação desses nomes vão construindo os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado.

Pelos movimentos textuais de *reescritura(ção)* (retomada) e *articulação* (contiguidades locais sem necessária retomada), as formas linguísticas são predicadas e determinadas nos textos em que se inscrevem. A reescrituração, para Guimarães (2007, p.84), “é o procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito fazendo interpretar uma forma como diferente de si”. São as reescriturações de enunciados por outros “que movimentam a construção das designações” (GUIMARÃES, 2002, p.70). A articulação, por sua vez, para Guimarães (2007), são relações de contiguidade local que, não redizendo, afetam os elementos linguísticos no interior dos enunciados ou na relação entre eles. Segundo o semanticista, tais relações locais são significadas pela própria enunciação.

Interessa-nos particularmente para este trabalho o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD), uma vez que representa os sentidos das palavras em virtude da relação de uma palavra com a outra, no texto em que se insere. Importa para nós a concepção de Guimarães (2007) de que é o processo enunciativo que constrói as determinações das expressões linguísticas. Tais determinações são instáveis, embora funcionem sob o efeito da estabilidade. Assim, as palavras significam pelas relações de determinação semântica entre os elementos de linguagem - relações estas que são constituídas pelo acontecimento enunciativo.



As relações entre as palavras são escritas no DSD por meio de sinais específicos, determinados por Guimarães (2007, p.81): “┌ ou └ ou ⊥ ou ⊥ (que significam determina); — que significa sinonímia; e um traço como _____, dividindo um domínio, significa antonímia”.

Operamos também e fundamentalmente com o *movimento do político na enunciação*, conceito desenvolvido por Guimarães (2002). Inscrevendo-se em uma posição materialista, o semanticista afirma que enunciar é uma prática política, e que o político é “o fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem” (GUIMARÃES, 2002, p.16). Nesse sentido, a enunciação, tomada aqui como um acontecimento, enquanto diferença na sua própria ordem, uma vez que instala sua própria temporalidade, é constituída pela própria disputa dos sentidos, o que aponta para o seu caráter político, isto é, não-natural, conflitual, dividido. O acontecimento é, deste modo, político porque os falantes são agenciados a dizer de diferentes lugares, o que modifica as relações de sentido e as nomeações, levando a confrontos.

A tomada da palavra se dá, portanto, a partir de um litígio permanente, por uma disputa incessante de lugares e de sentidos. Tal embate produz efeito sobre o real, sobre aquilo que faz sentido, sobre aquilo que pede para ser significado e nomeado, assim reconfigurando-o. A definição de político, para Guimarães (2002), é, desse modo, relativa à enunciação:

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. [...] deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2002, p.16).

Segundo Guimarães (2002), há um esforço do poder, dos governantes, em apagar as contradições, em negar as versões concorrentes de um acontecimento, a fim de homogeneizar o político. Tal perspectiva interessa a nós neste trabalho na medida em que procuramos analisar as contradições operando nas nomeações e nas designações que vão construindo os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado e, deste modo, produzindo efeitos de homogeneidade e, ao mesmo tempo, dividindo, de modo desigual e, no limite, excludente, os sujeitos construídos pelo acontecimento enunciativo. Ao mesmo tempo em que se produz tal exclusão, o dizer da normatividade também realiza gestos de pertencimento, de inclusão dos



sujeitos à coletividade, uma vez que é preciso nomear os governados para que eles existam, para que seja possível governar.

Interessa-nos, portanto, observar de que modo o dizer de Getúlio Vargas, enquanto falante agenciado em locutor-chefe do governo provisório, produz sentidos específicos para o seu próprio lugar e para o lugar do outro. Em outras palavras, nosso intuito é compreender como, nas afirmações de pertencimento/não pertencimento, os procedimentos semânticos de nomeação e designação vão configurando e reconfigurando a construção dos referentes.

3. Os fios do dizer de Getúlio Vargas: análise dos modos de construção dos sujeitos brasileiros no Pronunciamento de 1930

Traremos aqui dois recortes do pronunciamento de Getúlio Vargas ao tomar posse do cargo de chefe do governo provisório da República em 3 de novembro de 1930. Ambos apresentam o movimento dos sentidos de *povo brasileiro* e afetam o modo de significar a relação dos sujeitos com o Estado. Vejamos, primeiramente, o recorte (1):

(1) O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da **nossa existência, como nacionalidade**. Em toda nossa historia política, não ha, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do **povo brasileiro**, afinal **senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas**. No fundo e na forma, a revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os **elementos civis** venceram as **classes armadas**, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. **Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo**, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de **uma Pátria nova**, igualmente acolhedora para **grandes e pequenos**, aberta à colaboração de todos os seus **filhos**. [...] Por toda parte, como mais tarde na capital da República, **a alma popular** confraternizava com os **representantes das classes armadas**, em uma admirável unidade de sentimentos e aspirações. **Realizamos**, pois, um movimento eminentemente nacional. [...] Quando, nesta cidade, as **forças armadas** e o **povo** depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava virtualmente triunfante em todo o país. **A nação, em armas**, acorria de todos os pontos do território nacional. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do norte, do centro e do sul bateriam às portas da capital da República. [...] a Revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado. (VARGAS, 1930, grifos nossos).

No recorte (1) acima, configura-se uma cena enunciativa na qual o Locutor, que assina o texto como Getúlio Vargas, toma a palavra como locutor-chefe do governo



provisório (l-x), lugar social a partir do qual é possível a ele dizer como mandatário do governo.

O *movimento revolucionário* de 1930 significa como a própria *expressão viva e palpante da vontade do povo brasileiro*, formação nominal que o reescreve e, deste modo, o determina. *Revolução* também funciona como uma reescritura por substituição de *movimento revolucionário*, determinando-o como *a marcha incoercível e complexa da nacionalidade* e como *a torrente impetuosa da vontade popular*, de tal modo que o *movimento revolucionário* significa, por um efeito de evidência, como a expressão da vontade e da força popular dirigida a objetivos comuns e partilhados por todos, quais sejam, a derrubada do regime e a instauração de um governo que toma posse a partir de um *movimento regenerador*, para constituir uma *Pátria nova*. Esta “vontade comum” se apresenta no dizer como algo que necessita ser afirmado: ou seja, é preciso afirmar a participação do povo junto às forças armadas.

No recorte (1), a mobilização do enunciador-individual é marcada pelo léxico de avaliação e de julgamento, que produz um efeito de enaltecimento e de exaltação do movimento de 1930. Nesse sentido, a narrativa dos acontecimentos explicita uma posição do Locutor sobre eles, o que podemos ver em:

- O movimento revolucionário, iniciado *vitoriosamente* [...] e *triunfante*;
- a afirmação *mais positiva*;
- Ele é, *efetivamente*, a expressão;
- *admirável* unidade de sentimentos;
- movimento *eminente* nacional;
- movimento *regenerador* já estava *virtualmente triunfante* em todo o país.

Ao mesmo tempo, o Locutor mobiliza um enunciador-coletivo, que se sobrepõe ao enunciador-individual, uma vez que o julgamento produzido pelo dizer indica que esta posição se coloca como coletiva, como fruto da *vontade do povo*. O enunciador-coletivo se marca no dizer por um *nós* inclusivo que sinaliza a inclusão do povo e das forças armadas como agentes da “revolução”, tal como em: *tivemos, nossa* existência como nacionalidade, *nossa* história política, *realizamos*. Sobre o *nós* inclusivo, relembramos Verón (1986), para quem esta é a forma pela qual se expressa no dizer a entidade do *coletivo de identificação*, estabelecida pela relação entre o locutor e o pró-destinatário por ele projetado no dizer. Desse



modo, o dizer do Locutor se apresenta como compartilhado por um grupo, um coletivo, formado por ele e pelo *povo brasileiro*, seu destinatário positivo.

Os sentidos de *movimento revolucionário* colocam, portanto, sentidos para *povo brasileiro* na sua relação com o governo, comandado por Getúlio Vargas, que se instaurava naquele momento: *povo brasileiro* significa, pois, como defensor e aliado do movimento revolucionário. Desse modo, *povo*, que aqui designa a sociedade civil, mas dividida em diferentes categorias sociais, bem como por idade e sexo, significa como parte do processo que leva Vargas ao poder. Há, nesse movimento, um gesto de produção de um efeito de pertencimento, de inclusão, que legitima o próprio governo, o que se mostra, na materialidade enunciativa, pelo uso do pronome pessoal *nós* que se apresenta, por um efeito de evidência, como um *nós* inclusivo, tal como apontamos acima. As marcas linguístico-enunciativas deste *nós* inclusivo nos indicam que o dizer constrói o povo brasileiro como um pró-destinatário, com o qual se relacionam os enunciadores desta cena enunciativa, isto é, o individual e o coletivo, e mobiliza este pró-destinatário como argumento para a legitimidade do movimento. Desse modo, estabelece-se entre tais enunciadores e o destinatário positivo um laço, pelo qual o destinatário, isto é, neste caso, o povo brasileiro em sua totalidade, em união aos militares, significa como aquele que adere aos mesmos valores e busca os mesmos objetivos que os enunciadores, produzindo uma identificação entre o chefe do governo provisório e seus governados. Mais ainda, a força performativa do *nós*, no recorte (1), alinha o governo de Getúlio Vargas e o povo como agentes da revolução, o que produz um efeito de homogeneização e objetivização da própria *vontade do povo brasileiro*. Vontade esta que traz como sentido o reconhecimento do movimento revolucionário como legítimo e o apoio do povo ao novo governo que se instaurava naquele momento da história do Brasil.

Movimento revolucionário rememora um dizer sobre o processo de tomada de poder de maneira específica e positiva – como movimento coletivo “da nacionalidade” e transformador da sociedade. Recebe também por predicção a expressão: *a afirmação mais positiva da nossa existência como nacionalidade*. A formação nominal *nossa existência como nacionalidade* rememora, por sua vez, um dizer sobre a nacionalidade, significando-a como um adquirido – temos existência enquanto nacionalidade. Entendemos que tal formação nominal - *nossa existência como nacionalidade* - é dita por uma voz coletiva, na qual se localizam o Locutor e seu pró-destinatário, o *povo brasileiro*, simulando um dizer por eles compartilhado. O predicado *afirmação mais positiva* determina esta nacionalidade de um modo tal que mostra que ela precisa ser nomeada e afirmada. A revolução de 1930 é, deste modo, um gesto fundamental (o mais positivo) na direção desta afirmação e, portanto, na



direção da consolidação da República, já que esta aparece por implícito ligada à nacionalidade.

Ao ser determinado pela palavra *nacionalidade*, *movimento revolucionário* determina, conseqüentemente, os sentidos de *povo brasileiro*. Por meio do movimento textual de reescrituração, *povo brasileiro* é determinado também por *senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas*, o que o significa como o responsável e, de algum modo, como o líder nos rumos políticos do país, em particular na tomada do poder pelo *movimento revolucionário*. Por outro lado, as determinações de *povo brasileiro* não o significam como um grupo homogêneo, uma vez que ele é reescrito, por expansão, pela expressão *todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo*, ou seja, estão incluídas na coletividade do povo brasileiro diversas classes sociais, faixas etárias, bem como homens e mulheres.

Este contraponto entre as diferenças presentes na coletividade povo brasileiro, enumeradas no dizer do locutor, e a alegada “vontade comum” reforça, a nosso ver, os sentidos de união e de univocidade que afetam a formação nominal *movimento revolucionário*. Nesse sentido, o dizer do locutor produz, por meio das reescriturações de *povo brasileiro*, sentidos de comunhão, de união e de forte identidade entre todos os setores da sociedade, o que se apresenta como tendo possibilitado o próprio “movimento revolucionário” de 1930: a *alma popular*, todos os *filhos* da Pátria, mesmo em suas diferenças, são acolhidos por ela e, deste modo, estão reunidos para construí-la: ou seja, apoiam o movimento revolucionário como o meio para um *rumo novo* e regenerador para o país. Deste modo, ao simular falar em nome de todos e para todos, o locutor-chefe do governo homogeneiza a coletividade dos brasileiros em nome da *vontade do povo* para se legitimar e para revestir seu discurso de autoridade, produzindo aquilo que Indursky (2013) chama de *efeito de sentido de unanimidade*.

O pronunciamento de 1930, ao produzir, pelos movimentos textuais de articulação, uma distinção entre civis e militares, pois o povo vem como civil e os militares, como as forças armadas, estabelece uma relação entre civis (*alma popular, elementos civis*) e militares (*representantes das classes armadas, forças armadas*) que produz um efeito contraditório de unidade na diferença: como se os sentimentos e aspirações de cada um desses grupos distintos tivessem sido compartilhados a fim de se atingir a mesma meta: a deposição do governo de Washington Luís em outubro de 1930. A diretividade do dizer encaminha para os sentidos de que os civis não venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles um modo de governo. Produz-se, assim, como efeito de sentido, que, em todo o território nacional, a



nome do Exército, da Marinha e do **povo brasileiro**, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria. (VARGAS, 1930, grifos nossos).

No recorte (2) acima, o Locutor reivindica o lugar social de *delegado da revolução* (1-x) e se dirige à Junta Governativa, seu alocutário (al-x) explícito no dizer pelo emprego do vocativo *senhores da Junta Governativa* e das marcas linguísticas da segunda pessoa do plural (*compreendestes, vossos* valorosos auxiliares, *desfechastes, prestastes*). *Junta Governativa* traz implicitamente para o dizer os líderes militares que apoiaram o “movimento revolucionário” da Aliança Liberal. Desse modo, o Locutor se afirma como o líder que regeu e orientou as forças armadas no processo de tomada de poder, minorando, por conseguinte, a participação das forças populares neste acontecimento político. Há, assim, um dissenso entre a soberania do povo, que é afirmado, no recorte (1), como estando dentro do processo de tomada do poder, e os sentidos da participação de liderança dos militares na ordem política do país, presentes no recorte (2).

O dizer do locutor apresenta-se, no recorte (2) acima, por um enunciador-individual, marcado pela primeira pessoa do singular, tal como em:

- *assumo*, provisoriamente, o governo da República;
- *agradeço* os inesquecíveis serviços que prestastes à nação.

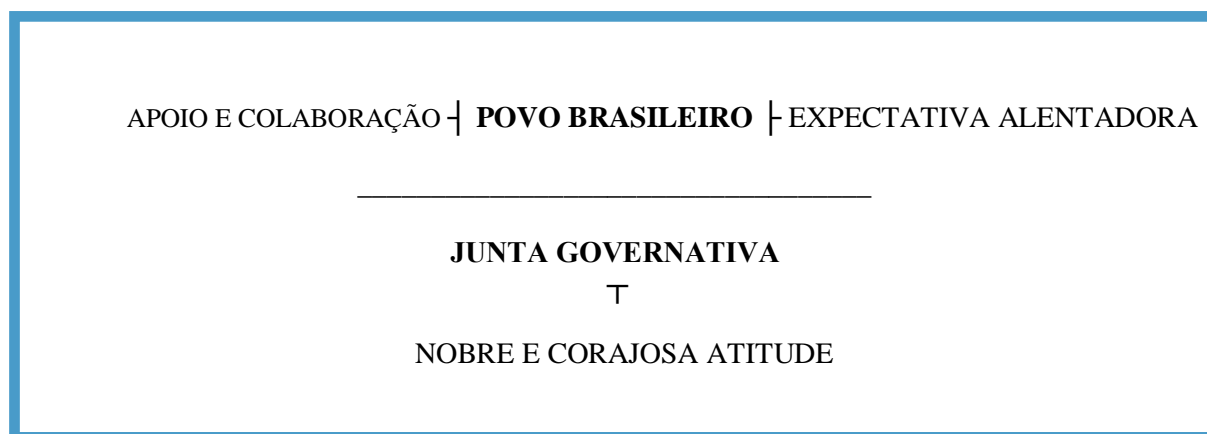
É por meio desta voz individual que o locutor afirma assumir o governo da República como *delegado da revolução*, isto é, como líder do movimento revolucionário de 1930. O locutor se apresenta como porta-voz deste acontecimento histórico e político, isto é, como intérprete dos anseios populares, mas também como representante do *Exército*, da *Marinha* e do *povo brasileiro*. Enquanto indivíduo, o locutor simula falar em nome de todos e agradece os serviços prestados pelos militares da Junta Governativa, exaltando-os por sua *nobre e corajosa atitude*, determinação que afeta a formação nominal *senhores da Junta Governativa*. O papel dos militares da Junta Governativa é, desse modo, enunciado como decisivo no processo de tomada do poder e de derrubada do governo de Washington Luís.

Povo brasileiro continua no recorte (2) sendo o pró-destinatário do Locutor, pois é determinado no dizer, pelo movimento textual de articulação, como aquele que apoia (*seu apoio e colaboração*), espera (*a expectativa alentadora do povo brasileiro*) e confia (*missão por ele confiada*) no governo, e, deste modo, significa como aquele que compartilha com o Locutor dos mesmos valores e objetivos. No entanto, observamos ainda, no mesmo recorte,



uma deriva dos sentidos: o *nós*, em “defraudarmos”, “nos dar”, “nos foi”, é agora excludente, pois não faz aqui referência ao alinhamento entre o governo e o povo, mas sim entre a liderança de Vargas e os militares da Junta Governativa. Estes últimos são determinados, por uma relação de sentido no/do texto, como os líderes do desfecho do “movimento revolucionário” de 1930. Reforça-se aqui, deste modo, a distinção constitutiva entre forças armadas e povo e, por conseguinte, a disparidade entre o lugar dos militares e o lugar do povo.

Vejamos a seguir o DSD (2) de *povo brasileiro* que dá visibilidade às nossas análises:



(Onde se lê: *apoio e colaboração* e *expectativa alentadora* determinam *povo brasileiro*, que está em relação de antonímia com *junta governativa* que, por sua vez, é determinado por *nobre e corajosa atitude*).

Esse outro alinhamento entre Governo e Forças Armadas, produzido pelo acontecimento enunciativo, encaminha para os sentidos de um *povo brasileiro* que deve confiar ao novo governo e aos representantes das classes armadas a missão de construir uma *Pátria nova*, dando a eles seu apoio e colaboração. Há, assim, um deslizamento dos sentidos de *povo brasileiro*, que produz também uma contradição: de *nação em armas*, participante ativo do movimento revolucionário, em sintonia, unidade e partilha de sentimentos e de objetivos entre civis e militares, para sujeitos colaborativos e confiantes das decisões do governo e das classes armadas sobre os rumos do país e sobre as formas de governabilidade que se instalariam naquele momento da História do Brasil.

Ao longo de todo o pronunciamento de 1930, por ocasião da posse de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório, que aqui analisamos em dois recortes, o Locutor mobiliza



um enunciador-individual e um enunciador-coletivo para se dirigir ao povo brasileiro, por meio das marcas enunciativas do *nós* inclusivo; e aos militares da Junta Governativa, por meio de um vocativo e das marcas linguísticas da segunda pessoa do plural. Entendemos aqui que, por meio do enunciador-individual, o Locutor se apresenta como porta-voz (*delegado*) do movimento revolucionário de 1930, exaltando e engrandecendo-o como a “revolução” por excelência da República, e o faz marcando seu dizer com traços de individualidade, pelo emprego da primeira pessoa do singular e do léxico de avaliação e julgamento. Ao se denominar como *delegado da revolução*, o locutor não se coloca como líder ou responsável, mas como alguém a quem a Junta Governativa delegou este papel. Por meio do enunciador-coletivo, o Locutor constrói, no dizer, o povo brasileiro como uma coletividade que apresenta uma “vontade comum”, cabe dizer, a mesma que a dele, chefe do governo, e a das forças armadas, o que possibilitou à Aliança Liberal tomar o poder e a Getúlio Vargas assumir o governo da República. No entanto, a *vontade do povo brasileiro* não aparece como responsável pela atribuição do papel de *delegado da revolução* a Vargas, mas sim a Junta Governativa.

Isso nos indica que a construção do referente, no caso, dos sujeitos brasileiros, se faz a partir da configuração das cenas enunciativas: a mudança de para quem se diz produz, como efeito, a reconfiguração mesma do referente e, conseqüentemente, uma (re)partilha dos sentidos. Esse movimento se dá a ver exatamente no cruzamento e na articulação entre o domínio semântico de determinação (DSD) e a cena enunciativa, isto é, entre as designações das expressões linguísticas que vão construindo o objeto de dizer e os modos de acesso à palavra pelos lugares enunciativos no acontecimento; ou, em outras palavras, entre as formas linguísticas e as figuras da enunciação.

4. Considerações finais

Nossa entrada de análise, neste trabalho, se deu pela designação das formações nominais que vão construindo sentidos para os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, bem como para o governante Getúlio Vargas em seu dizer enquanto presidente. As análises buscaram dar visibilidade ao litígio instaurado no dizer, pelo qual se produzem sentidos para os sujeitos brasileiros, enquanto governados, na sua relação com o Estado, e enquanto atores políticos construídos pela enunciação presidencial de Vargas.

Destacamos o litígio que significa, no pronunciamento de 1930, na designação de *povo brasileiro*: estabelece-se um alinhamento, construído enunciativamente, entre o governo e as forças armadas, que reduz o lugar de fala dos sujeitos brasileiros enquanto atores



políticos, produzindo sobre eles um sentido de apoio, concordância e colaboração com o Governo Vargas. Isso nos indica que, na história dos sentidos que afetam os sujeitos brasileiros na sua relação com o Estado, o lugar de deliberação sobre as formas de governabilidade foi se construindo por uma articulação entre o Estado e as Forças Armadas, o que, por conseguinte, produz um gesto de exclusão dos próprios sujeitos brasileiros, cujo lugar de inferioridade não aponta para uma ação política que esteja além do apoio e da obediência ao governo e aos militares.

5. Referências bibliográficas

- BONFIM, J.B.B. **Palavra de presidente**: discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: Lge Editora, 2004.
- DIAS, L.F. Nomes de cidade de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIM, T. M. et al. (Orgs.) **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase 1). Campinas: Pontes Editores, 2016, p.33-49.
- ELIAS DE OLIVEIRA, S. **Cidadãos e concidadãos nos discursos de posse da Primeira República**. Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v.15, n.3, p.105-128, 2012.
- ELIAS DE OLIVEIRA, S. **Sobre o funcionamento do político na linguagem**. Línguas e Instrumentos Linguísticos: Campinas, n.34, p.41-53, jan-jun, 2014.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes Editores, 2002.
- GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Orgs.). **A palavra**: forma e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2007, p.77-96.
- INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- VERÓN, E. La palabra adversativa: observaciones sobre la enunciación política. In: VERÓN, E. (Ed.). **El discurso político**: lenguajes y acontecimientos, p.1-12. Buenos Aires: Hachette, 1986.
- ZANDWAIS, A. Ler o acontecimento. In: SANTOS, S.S.B dos (Org.). **Teorias e práticas de leitura**: olhares e percepções. São Paulo: Ed. Terracota, 2012, p.49-67.